



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

# **Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos**

## **0000704-22.2023.5.11.0019**

**Relator:** ALEXANDRE LUIZ RAMOS

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 21/02/2025

**Valor da causa:** R\$ 743.152,46

**Partes:**

**SUSCITANTE:** Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**SUSCITADO:** TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**RECORRENTE:** JULIO ALEX DE ARAUJO PORTO

**ADVOGADO:** JULIANO COELHO LIMA

**ADVOGADO:** JULIANO GERMANO DA COSTA SILVA

**RECORRIDO:** GRUPO CASAS BAHIA S.A.

**ADVOGADO:** RICARDO LOPES GODOY

**ADVOGADO:** JULIANA ERBS

**CUSTOS LEGIS:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep - 0000704-22.2023.5.11.0019

SUSCITANTE : **Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho**  
SUSCITADO : **TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**  
RECORRENTE : **JULIO ALEX DE ARAUJO PORTO**  
ADVOGADO : Dr. JULIANO COELHO LIMA  
ADVOGADO : Dr. JULIANO GERMANO DA COSTA SILVA  
RECORRIDO : **GRUPO CASAS BAHIA S.A.**  
ADVOGADO : Dr. RICARDO LOPES GODOY  
CUSTOS  
LEGIS : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

GMALR/pv

### DECISÃO

O Tribunal Pleno desta Corte Superior, em sessão realizada em 24/03/2025, acolheu proposta de instauração de Incidente de Recursos Repetitivos e decidiu afetar a matéria "**Confissão. Ausência da parte à audiência de instrução. Intimação de advogado(s)**", submetendo o processo TST-RR - 0000704-22.2023.5.11.0019 como representativo da controvérsia.

Consoante o acórdão de afetação, a controvérsia consiste em aferir se a ausência do reclamante à audiência em que deveria prestar depoimento pessoal gera os efeitos da confissão ficta apenas se houver sido intimado pessoalmente, ou se tais efeitos também se produzem se intimado por meio de advogado com poderes para receber notificações.

Logo, na forma exigida pelos artigos 896-C da CLT e 284 do Regimento Interno do TST, **identifico a questão** a ser submetida a julgamento:

A ausência do reclamante à audiência em que deveria prestar depoimento pessoal resulta em confissão ficta apenas se houver sido intimado pessoalmente, ou tal efeito também se produz se intimado por meio de advogado com poderes para receber notificações?

Determino, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) a expedição de ofícios aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho para que, no prazo de 15 (quinze) dias, prestem as informações que julgarem relevantes para o exame da questão e remetam a esta Corte até dois recursos representativos da controvérsia (art. 284, III, do RITST);

b) a expedição de edital com prazo de 15 (quinze) dias para a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades interessadas na controvérsia, inclusive para eventual admissão como *amicus curiae* (arts. 896-C, § 8º, da CLT e 284, IV, do RITST);

c) o envio de cópia desta decisão ao Exmo. Ministro Presidente deste Tribunal Superior, para os fins previstos nos arts. 896-C, § 3º, da CLT e 285 do RITST;

d) o envio de cópias desta decisão aos demais Ministros desta Corte (art. 284, V, do RITST);

Por ora, entendo desnecessária a suspensão dos processos que versem sobre idêntica matéria.

Recebidas as informações e após o decurso dos prazos, conceda-se vista ao Ministério Público do Trabalho, por quinze dias (artigos 896-C, § 9º, da CLT, e 284, VI, do RITST).

Publique-se.

Brasília, 9 de abril de 2025.

**ALEXANDRE LUIZ RAMOS**

**Ministro Relator**

